

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.319 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2001



## JADER

*O Senado já votou 340 matérias este ano. "O que tinha que ser apreciado foi", diz o presidente Jader Barbalho.*

PÁGINA 5

## FGTS

*A CAE analisa hoje a proposta de correção do Fundo de Garantia e o projeto do Código do Contribuinte.*

PÁGINA 3

## CMO

*Parlamentares tentam acordo para desobstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

PÁGINA 3

## Cidades ganham estatuto para combater especulação

Proposta aprovada pelo Senado e enviada à sanção presidencial coloca à disposição dos prefeitos grande número de instrumentos para a gestão urbana.



“Estatuto funcionará como uma lei de responsabilidade social, com instrumentos para organizar as cidades”

Senador Mauro Miranda, relator do Estatuto da Cidade



A ordenação e o controle do uso do solo são diretrizes de política urbana previstas no Estatuto da Cidade

**A**s prefeituras deverão contar, brevemente, com um instrumento para combater a ociosidade dos terrenos urbanos e a especulação imobiliária. O Se-

nado aprovou ontem o Estatuto da Cidade, que estabelece diretrizes gerais de política urbana para todo o país. De autoria do falecido senador Pompeu de Sousa, o

projeto, que tramitou por dez anos na Câmara, irá à sanção presidencial. Se virar lei, poderá afetar a situação de 80% dos brasileiros, que moram em cidades.

PÁGINAS 4 E 5

## RACIONAMENTO

*A comissão especial do Congresso criada para acompanhar a crise energética ouve o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul.*

PÁGINA 6

## PLENÁRIO

*Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental vai à primeira votação hoje*

PÁGINA 7

# Mudança na Lei das S.A. volta a ser debatida

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promove hoje a segunda audiência pública sobre o projeto, que tem como relator o senador José Agripino. Estarão presentes especialistas em mercado de capitais



Agripino manifesta preocupação com direitos dos acionistas minoritários

O projeto de lei que altera dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.) volta a ser debatido amanhã, a partir das 10h, em

audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Relator da matéria no colegiado, o senador José Agripino (PFL-RN) destaca como pontos fundamentais para discussão a definição dos direitos dos acionistas minoritários na venda de ações e sua participação no conselho de administração das empresas, as regras para escolha dos membros do conselho fiscal e os critérios de fechamento de capital de uma sociedade anônima.

Essa segunda audiência sobre o projeto deverá contar com a participação do ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Nelson Laks Eizirik; do presidente da Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais (Abamec-Nacional), Humberto Casagrande Neto; do professor de Direito Tributário e Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas, Ary Oswaldo Mattos Filho; e do presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes.

Mais de 20 emendas, de iniciativa dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Paulo Hartung (PPS-ES), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Iris Rezende (PMDB-GO), já foram apresentadas ao projeto no âmbito da CCJ. O projeto tramita simultaneamente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tem como relator o senador Pedro Piva (PSDB-SP).



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2001

### Presidente

Senador Jader Barbalho

15h — Recebe Adalberto Rodriguez Giavarini, ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 44/01, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime); Mensagem nº 112/01, submete a escolha de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a função junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar; Mensagem nº 129/01, submete a escolha de Elim Saturnino Ferreira Dutra para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Suécia, exercer a função junto à República da Letônia; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLS nº 131/97, autoriza a criação de distrito agropecuario no município de Caracará (RR); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviços de radiodifusão sonora; Requerimento nº 272/01, do senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 12/01; e Requerimento nº 273/01, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 256/00-Complementar.

### COMISSÕES

9h — CPI do Futebol

Pauta: Seminário "Futebol e Legislação"

Palestrantes: jornalista Juca Kfoury; Marco Aurélio Klein, sociólogo especializado em marketing esportivo; Carlos Miguel Aidar, advogado especializado em legislação esportiva; jornalista Flávio Prado, TV Cultura; ex-jogador Sacratés; ex-jogador Vladimir; jornalista Luiz Fernando Lima, TV Globo. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PRS nº 48/00, autoriza a prefeitura de Guarulhos (SP) a contratar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31,7 milhões, ao amparo da MP nº 2.022-16; PRS nº 49/00, autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581,6 milhões; PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; e Mensagem nº 136/01, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 404 milhões, de principal, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro (FSAL), em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais.

Após a ordem do dia — Mensagem nº 122/01, submete o nome de Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: entre outros, PLS nº 26/01, altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, para inclusão de novo trecho; PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.432/97, que institui a Política Nacional de Recursos

Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para definir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; PLS 27/96, cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Convidados: Nelson Laks Eizirik, ex-diretor da CVM; Humberto Casagrande Neto, presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais; Ary Oswaldo Mattos Filho, professor de Direito Tributário e Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas; e José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: comparecimento de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, em decorrência do Ofício nº 66/2000-Presidência/SCJ, que encaminhou a esta comissão os requerimentos nºs 45, 51 e 52/2000-SCJ, "destinada a acompanhar e fiscalizar as indicações apontadas no relatório da CPI do Judiciário". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 154/97 (tramitando em conjunto com o PLC 105/96), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica; PLS nº 76/2000, define e tipifica os delitos informáticos; PLS nº 137/2000, estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação do relatório apresentado ao PL nº 4/01-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2002 (LDO). *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

16h30 — Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposições do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul; do secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henrique Moreira dos Santos; e do diretor presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 132/01, submete a escolha de André Mattoso Maia Amado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru; Mensagem nº 134/01, submete a escolha de Flávio Moreira Sapha para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; e Mensagem nº 135/01, submete a escolha de Flávio Moreira Sapha para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto aos Emirados Árabes Unidos, exercer o cargo de embaixador junto ao Estado do Catar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a ordem do dia — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a homenagear o historiador Caio Prado Júnior, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento.

Pauta: votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 6/98 (tramitando em conjunto com a PEC nº 11/98), inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que

regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação nominal PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidades) para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o inciso "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; e PLC nº 96/96, dispõe sobre o julgamento das contas responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de interações hospitalares; e PLS nº 50/00, acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica.

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

### COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nºs 526 e 538 de 1999 (tramitação conjunta), alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PLC nº 45/01, altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), que trata de prisão especial; PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

### ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sombrias*, de Paulo Caldas Marcelo Luna. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kolome, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CPI do Futebol ouve jornalistas e ex-jogadores em SP

Senadores que integram a Comissão Parlamentar de



Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro participam hoje, na Assembléia Legislativa de São Paulo, do seminário "Futebol e Legislação". A reunião, que contará com a presença de jornalistas e especialistas em legislação desportiva, está marcada para as 9h e deve durar todo o dia.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), confirmou a presença na reunião dos ex-jogadores Sócrates e Wladimir. Os jornalistas esportivos Juca Kfourri (CBN), Flávio Prado (TV Cultura) e Luiz Fernando Lima, responsável por toda cobertura desportiva da Rede Globo de Televisão, também tomam parte do seminário.

Deverão comparecer ainda o sociólogo Marco Aurélio Klein, especialista em *marketing* esportivo e o advogado Carlos Miguel Aida, especialista em legislação desportiva. Álvaro Dias informou ainda que antes do início do recesso parlamentar de julho a CPI do Futebol realizará reuniões nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

## CRE analisa indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje a indicação de André Mattoso Maia Amado para o cargo de embaixador do Brasil no Peru e de Flávio Moreira Sapha para a embaixada brasileira nos Emirados Árabes e no Estado do Catar, cumulativamente. Os candidatos, ministros de primeira classe da carreira diplomática, serão argüidos pelos senadores que posteriormente farão a votação em caráter secreto. A reunião está marcada para as 17h30.

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) irá relatar a indicação de André Mattoso Maia Amado, e o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a de Flávio Moreira Sapha. O parecer da CRE será apreciado pelo Plenário seguido de votação secreta.

# CAE examina hoje correção do FGTS e Código do Contribuinte

Membros da Comissão de Assuntos Econômicos analisam pauta de 12 itens que inclui a regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou parecer favorável ao projeto do Executivo que trata da atualização monetária das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O projeto é uma tentativa do governo de regulamentar o pagamento de débitos decorrentes do expurgo da correção monetária aplicado nos Planos Verão e Collor I, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e será votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião marcada para as 10h.

A proposta prevê a criação de contribuições sociais, incidentes sobre a folha de salários das empresas e em casos de demissão sem justa causa, que vão ajudar a



O parecer do senador Romero Jucá é favorável ao projeto que repõe perdas do FGTS

custear os débitos do fundo, estimados em R\$ 42 bilhões. O governo quer que todos os trabalhadores com créditos inferiores a R\$ 1 mil – cerca de 92% do total – recebam os recursos até junho do próximo ano. Valores acima desse montante serão pagos entre

julho de 2002 e junho de 2006.

O projeto é um dos 12 itens da reunião da CAE. Outra matéria em destaque é o projeto de lei complementar que institui o Código de Defesa do Contribuinte. De autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a proposição impe-

de que os contribuintes que contestem judicialmente débitos fiscais sejam excluídos dos benefícios e créditos oficiais, assim como impedidos de participar de licitações públicas.

Entre outros itens, também deve ser analisada a regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado por emenda à Constituição promulgada em dezembro passado e destinado a financiar ações complementares nas áreas de saúde, nutrição, educação, moradia e renda familiar. A matéria tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Já aprovado na Câmara, o projeto também tramita nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

## Parlamentares tentam acordo para examinar LDO

Para definir um cronograma de votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002, os líderes partidários e o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), reúnem-se hoje, às 14h30. Caso haja um acordo, a votação da matéria deve se iniciar em seguida.



Carlos Bezerra tem reunião com líderes partidários

Deputados e senadores do PT, PSB e PCdoB prometem, no entanto, obstruir a votação da LDO até que os parlamentares governistas aceitem alterar a proposta original do Executivo, que não sofreu modificações substanciais no substitutivo apresentado pela relatora, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO).

As oposições reivindicam uma redução do superávit primário do governo para 2002 de 2,4% para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Chama-se superávit primário ao que sobra depois que

são subtraídos da arrecadação todos os gastos públicos, exceto o pagamento de juros da dívida. Esses parlamentares querem a utilização desses recursos – cerca de R\$ 25 bilhões – em investimentos na geração de eletricidade e no combate aos efeitos da seca do Nordeste, além de aplicação em projetos de saúde e educação e um aumento real do salário mínimo.

Um resultado primário positivo das contas públicas (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública) é uma das mais importantes metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002. Esses 2,4% do PIB equivalem a R\$ 31,69 bilhões.

A relatora da LDO não se nega a negociar, mas discorda da redução do superávit primário. Já o senador Carlos Bezerra diz ser preciso enfrentar a questão da dívida pública e concorda em parte com a reivindicação da oposição.

## Jader abre esforço concentrado e quer votar LDO semana que vem

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou que pretende realizar, "no máximo até o início da próxima semana", a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Plenário do Congresso. Além da LDO, a pauta das duas semanas de esforço concentrado, iniciado ontem, inclui outras matérias de grande repercussão, como o Estatuto da Cidade (aprovado ontem), a Lei das S.A. e a instituição dos Juizados Especiais na Justiça Federal.

Jader informou que vai se reunir com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e consultar as lideranças partidárias para decidir sobre os detalhes da tramitação da LDO. Ele também pretende procurar o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relator da reforma do Judiciário, para verificar a possibilidade de colocar a matéria na pauta do esforço concentrado.

O presidente do Senado demonstrou também empenho em realizar a votação da proposta de correção dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referentes aos Planos Verão e Collor I antes do início do recesso.

### JUZADOS ESPECIAIS

Depois de encontrar-se na tarde de ontem com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, Jader decidiu apressar a tramitação do projeto que institui os juizados especiais na Justiça Federal, para que a matéria venha a ser aprovada no esforço concentrado. Costa Leite explicou que, caso o projeto seja aprovado antes do recesso, a Justiça Federal poderá tomar providências para instalar os juizados especiais já no início do segundo semestre.



Jader (D) e Costa Leite querem apressar instalação de juizados especiais

## ESTATUTO DA CIDADE

## Senado aprova "lei de responsabilidade social"

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, o Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes gerais de política urbana. De autoria do senador já falecido Pompeu de Sousa, o projeto de lei, aprovado inicialmente em 1990, tramitou na Câmara dos Deputados durante dez anos e foi aprovado no ano passado, em forma de substitutivo. A matéria irá à sanção presidencial.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), relator do substitutivo no Senado, ressaltou que o estatuto coloca à disposição dos prefeitos grande número de ferramentas para a gestão urbana, possibilitando que o poder público possa reduzir o abismo das desigualdades sociais. O combate à ociosidade da terra urbana e à especulação imobiliária, a gestão participativa, o respeito às possibilidades ambientais e a parceria com a iniciativa privada podem proporcionar a melhoria das condições de vida dos habitantes das cidades, destacou.

Para Mauro Miranda, o estatuto funcionará como uma espécie de "lei de responsabilidade social", proporcionando os recursos operacionais e as diretrizes de desenvolvimento urbano que os dirigentes municipais precisam para enfrentar o desafio de organizar as cidades, da mesma forma que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe regras orçamentárias visando ao equilíbrio fiscal nos municípios.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou as entidades da sociedade civil organizada que tanto lutaram pela aprovação desse diploma legal. Segundo o senador Iris Rezende (PMDB-GO), o projeto vem atender à preocupação internacional com a qualidade de vida das pessoas, diante da incerteza e angústia de cidadãos e governantes com o crescimento desordenado das cidades e, principalmente, das metrópoles.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) afirmou que a proposta virá ao encontro de uma nova geração de políticos preocupados com a gestão municipal e com a defesa da função social da cidade. "É preciso lembrar os gregos: eles acreditavam que, para garantir o espírito belo das pessoas, a cidade deveria ser bela", disse.

Para o senador Tião Viana (PT-

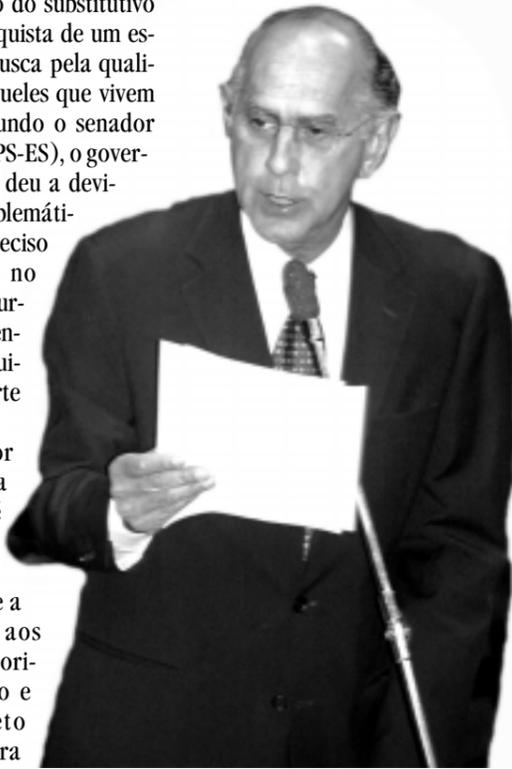
AC), a aprovação do substitutivo representa a conquista de um espaço a mais na busca pela qualidade de vida daqueles que vivem nas cidades. Segundo o senador Paulo Hartung (PPS-ES), o governo federal nunca deu a devida atenção à problemática urbana. "É preciso reconhecer que, no Brasil, a miséria é urbana, portanto atender às cidades é cuidar da maior parte dos brasileiros".

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), é motivo de alegria conseguir vencer a letargia que a Câmara dedica aos assuntos que se originam do Senado e ver esse projeto voltar à Casa, para sua aprovação definitiva. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que o projeto é fundamental para a qualidade de vida dos 80% da população brasileira que vivem nas cidades, tanto nos bairros nobres quanto na periferia.

Os senadores Nova da Costa (PMDB-AP), Waldeck Ornélas (PFL-BA), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Ramez Tebet (PMDB-MS), Nabor Júnior (PMDB-AC), Lindberg Cury (PFL-DF), Ney Sussana (PMDB-PB), Alberto Silva (PMDB-PI), Osmar Dias (PSDB-PR) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) aplaudiram a aprovação, ainda que tardia, do estatuto e reverenciaram a memória de Pompeu de Sousa.

Os senadores Luiz Otávio (sem partido-PA), Lauro Campos (sem partido-DF), José Alencar (PMDB-MG), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Ademir Andrade (PSB-PA) manifestaram sua esperança de que o estatuto possa reverter o abandono a que foram relegadas as cidades nos últimos anos.

Voz discordante, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou seu ceticismo diante do estatuto, que classificou de "projeto idealista, meramente físico, que não reúne condições para cuidar do social". Mesmo assim, declarou que votaria pela aprovação da matéria.



Mauro Miranda, o relator: estatuto permitirá reduzir abismo das desigualdades sociais

**Diretrizes de política urbana definidas pelo Estatuto da Cidade**

- garantia do direito a cidades sustentáveis;
- gestão democrática;
- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade;
- planejamento do desenvolvimento das cidades;
- oferta adequada de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos;
- ordenação e controle do uso do solo;
- complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- produção de bens e serviços nos limites da sustentabilidade ambiental;
- justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização;
- privilégio para investimentos geradores de bem-estar geral;
- recuperação, pelo poder público, de investimentos que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos;
- proteção do meio ambiente natural e do patrimônio cultural;
- audiência do poder público local e da população interessada para a implantação de empreendimentos impactantes;
- regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- simplificação da legislação;
- isonomia de condições para os agentes públicos e privados.

## Estatuto facilita combate à especulação

O Estatuto da Cidade prevê mecanismos que evitam a retenção especulativa do imóvel urbano. Pelo projeto, leis municipais poderão determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Os proprietários serão notificados pelas prefeituras e disporão de um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto de construção, e de dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

Caso o proprietário não cumpra os prazos, durante cinco anos a sua propriedade será taxada com IPTU progressivo. Decorridos cinco anos da cobrança de IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, a exemplo do que ocorre para fins de reforma agrária.

O projeto prevê também a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas. Inova ao permitir que

imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos sem oposição tenham a posse regularizada e assegura preferência ao poder público na aquisição de imóvel urbano sempre que a administração necessitar de áreas para regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, entre outras finalidades de interesse social ou de utilidade pública.

Os instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade para a implementação da política urbana são os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social, os planejamentos das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, planejamento municipal (incluído o plano diretor), institutos tributários, financeiros, jurídicos e políticos e estudos prévios de impacto ambiental e impacto de vizinhança.

## ESTATUTO DA CIDADE



As cidades acolhem hoje 80% dos brasileiros e enfrentam problemas de transporte e saneamento, entre outros

### Projeto aprovado pelo Plenário diz respeito a 80% da população brasileira

O Estatuto da Cidade é um projeto que diz respeito diretamente a 80% da população brasileira, já que quatro em cada cinco brasileiros moram hoje em cidades e enfrentam problemas relativos à precariedade do sistema de transportes e dos serviços de saneamento e energia elétrica, ao crescimento dos índices de violência, à escassez de moradias, ao desemprego e a outros fatores de desqualificação da vida urbana. Esse dado, constante do parecer oferecido pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) na Comissão de

Assuntos Sociais, indica a importância do texto aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Apresentado em 1989 pelo então senador Pompeu de Sousa para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, o Estatuto da Cidade permite o crescimento mais ordenado das cidades brasileiras e contém instrumentos que podem ser utilizados pelos prefeitos na medida das necessidades e características de cada localidade. Como destacou Mauro Miranda, a administração pública municipal encontra-se

desprovida não apenas de recursos financeiros, mas também de instrumentos legais capazes de abrigar as ações reclamadas pela população. Nesse sentido, disse, o projeto é “uma verdadeira caixa de ferramentas” no âmbito da política urbana.

Para Mauro Miranda, o Estatuto da Cidade tem como foco central a democratização do acesso a condições condignas de vida urbana – o que, em sua avaliação, “constitui um atalho para o projeto nacional de combate à pobreza”.

### Hartung: a cidade legal se aproxima da real

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem que o Estatuto da Cidade, aprovado pelo Senado, tem o mérito de aproximar a “cidade legal” da “cidade real”. A imagem foi usada pelo senador para diferenciar a parcela legalmente constituída dos núcleos urbanos, geralmente a menor, das áreas ocupadas e construídas fora das regras.

– A aprovação do estatuto será importante passo no resgate de uma dívida de uma década com a sociedade brasileira – disse Hartung, referindo-se ao tempo gasto pelo Congresso para regulamentar os artigos da Constituição que tratam da política urbana.

Hartung explicou que a nova lei dotará as administrações municipais de instrumento que assegurará não só o desenvolvimento urbano, mas acima de tudo social e humano. Conforme o senador, tanto a ociosidade dos terrenos quanto a sua ocupação especulativa cooperam para que a função



Paulo Hartung deseja a votação de outras matérias importantes, como a mudança da Lei das S.A.

social da propriedade, preconizada no texto constitucional, não se realize. O cumprimento do estatuto fará com que as cidades com mais de 20 mil habitantes apoiem sua administração em plano diretor, no qual estarão incluídas normas claras sobre o parcelamento do solo.

Um dos grandes avanços do estatuto será a instituição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, segundo Har-

tung. Esse mecanismo fiscal amenizará a especulação com terrenos que poderiam ser úteis à comunidade. No entender do senador, outro avanço será a usucapião coletiva, por meio da qual favelas e invasões poderão ser regularizadas.

Em aparte, o senador Mauro Miranda ressaltou as qualificações de Hartung para tratar do Estatuto da Cidade, já que o senador capixaba foi prefeito de Vitória (ES). Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Mauro disse que está torcendo para que o estatuto se torne uma lei realmente eficaz.

Paulo Hartung afirmou que outras matérias, como o projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas, precisam entrar com urgência na pauta do Senado.

– Faço um pedido ao presidente Jader Barbalho para que apresente uma agenda de trabalho na qual estejam incluídas várias matérias de grande importância – frisou.

## Senado votou tudo o que devia ser apreciado no semestre, afirma Jader

Do início do ano até agora, o Senado deliberou sobre 340 matérias, ao longo de 82 sessões, das quais 43 deliberativas. Desse total, 217 projetos foram aprovados e enviados à promulgação. Na opinião do presidente da Casa, Jader Barbalho, esses números traduzem o intenso período de trabalho do semestre, marcado por votações importantes, que contemplam sobretudo as populações de baixa renda.

– Independentemente de todos os problemas políticos pelos quais o Senado passou, foi possível cumprir uma agenda de decisões legislativas. Não houve absolutamente nenhuma interrupção. O que tinha que ser apreciado foi analisado – afirmou Jader.

Numa das primeiras deliberações do ano, o Senado aprovou projeto alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para que as escolas forneçam ao Conselho Tutelar, ao Ministério Pú-



Jader observa que problemas políticos não interromperam a atividade legislativa

blico e ao juiz da Vara da Infância e da Adolescência a lista dos alunos que tenham atingido 50% do limite de faltas. Com isso, os pais cujos filhos não frequentam a escola poderão ser enquadrados no Código Penal.

#### ISENÇÃO

Da mesma forma, foi aprovada proposta de emenda à Constituição isentando de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. O objetivo da iniciativa, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é propiciar à população de baixa renda o barateamento de um item fundamental no processo educacional, a fim de ajudar o país a reduzir os índices de analfabetismo.

O Plenário decidiu que as gestantes e as pessoas com dificuldade de locomoção ou portadoras de deficiência física têm direito a entrar em ônibus ou recintos destinados a uso coletivo por uma entrada alternativa, que lhes facilite a mobilidade. Também aprovou iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para modificar o Código Civil, a fim

de incluir o direito de a mãe, e não apenas o pai ou o filho, poderem questionar a paternidade de uma criança.

De acordo com outra proposta acolhida pelo Plenário, os pais que deixarem de fazer declaração de nascimento de seus filhos no prazo legal – 15 dias ou três meses, no caso de locais que fiquem a mais de 30 quilômetros de um cartório – não serão mais obrigados a pagar multa equivalente a 10% do salário mínimo, como acontece hoje.

Os senadores aprovaram texto tipificando o crime de assédio sexual. Foi decidido que o superior hierárquico ou familiar que abusar da autoridade para importunar o subalterno no propósito de obter favores sexuais estará cometendo crime de assédio sexual e sujeitando-se a pena de um a dois anos de detenção.

Na mesma ocasião, foi aprovado projeto que obriga os planos privados de saúde a realizarem a cirurgia reparadora de mama, nos casos de mutilação decorrente de tratamento contra o câncer. O projeto corrige omissão da lei que regulamentou a atuação dos planos privados de saúde.

A fim de propiciar mais equilíbrio à família, o Senado aprovou iniciativa garantindo aos avós o direito de visitarem seus netos em caso de divórcio familiar. Também aprovou texto obrigando as empresas prestadoras de serviço telefônico a instalarem em locais públicos pelo menos 4% de aparelhos destinados a atender pessoas portadoras de deficiência auditiva e usuários de cadeiras de rodas.

O Senado ainda decidiu que as empresas que empregam vendedoras são obrigadas a pagar, numa única parcela, as comissões resultantes das vendas realizadas a prestações. A mudança permitirá que o vendedor receba integralmente sua porcentagem, sem aguardar a efetiva quitação do débito pelo comprador. Foi aprovada também proposta incentivando a formalização das relações de trabalho no campo.



# Comissão ouve presidente da Petrobras sobre crise energética

Henri Philippe Reichstul dá seqüência aos depoimentos com os quais os parlamentares pretendem colher subsídios para sugerir medidas que garantam o fornecimento de energia elétrica no país

A comissão especial criada pelo Congresso para acompanhar a crise de energia ouve hoje, a partir das 16h30, o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henrique Moreira dos Santos, e o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. A comissão, que é presidida pelo deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE) e tem o senador Paulo Souto (PFL-BA) como relator, já ouviu o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise Energética, e o ministro de Minas e Energia, José Jorge.

Além dos ministros, os parlamentares da comissão mista também já tomaram o depoimento do presidente da Companhia de De-

senvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e do Vale do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Mozart Siqueira Campos Araújo, e o presidente da Valexport, empresa de exportação de frutas do Nordeste, Aristeu Chaves. Com as informações obtidas, a comissão pretende sugerir soluções definitivas e medidas imediatas para contornar o problema da falta iminente de energia elétrica no país.

Nas próximas reuniões, a comissão vai ouvir ainda os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, além dos governadores de Minas Gerais,



Souto diz que a comissão deve propor alternativas o quanto antes, pois o problema é emergencial

Itamar Franco, do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do Paraná, Jaime Lerner, e do Pará, Almir Gabriel. Os presidentes de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Santos,

e o diretor da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, que é membro da Câmara de Gestão da Crise Energética, também serão ouvidos.

Foi aprovado ainda requerimento para que os pesquisadores Ildo Sauer, Maurício Tolmasquin, Luiz Pinguelli Rosa e Bautista Vidal, que já vinham alertando para o risco de falta de energia antes que o governo se desse conta da dimensão do problema, depunham na comissão. Os ex-ministros Luís Carlos Bresser Pereira e Luiz Carlos Mendonça de Barros também devem comparecer à comissão para explicar o modelo de privatização escolhido para o setor energético. Para Paulo Souto, a comissão deve propor alternativas para a crise energética o quanto antes, já que o problema é emergencial.

## Santos espera vontade política para reduzir efeitos do racionamento

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) manifestou ontem sua confiança em que o governo Fernando Henrique conseguirá equacionar e oferecer soluções para a crise energética que atinge o país. Santos, para quem a crise de energia representa “um relevante constrangimento ao crescimento econômico”, entende que é fundamental, neste momento de dificuldades, uma demonstração de vontade política, de estabelecimento de prioridades e de eficiência administrativa para superar essa barreira ao desenvolvimento.

De acordo com o senador, é necessário agir para alargar os horizontes do crescimento material, com soluções como a reforma tributária, a manutenção da austeridade fiscal, a promoção das exportações, a redução da taxa de juros e a expansão do crédito. Ricardo Santos acredita que a condução da política monetária desempenhará “um papel chave para minimizar o desconforto desse momento de incerteza e turbulência”.

Ao analisar a economia brasileira diante da crise energética, o senador observou que tudo indica que nos próximos meses o Banco Central (BC) deverá estar promovendo mais uma ele-



Ricardo Santos confia em que o governo conseguirá oferecer soluções para a crise

vação da taxa básica de juros, como ocorreu na semana passada. Ricardo Santos afirmou esperar que o BC não exagere na dosagem, para não reforçar a tendência declinante no nível de atividade econômica imposta pela crise energética.

Santos comentou que o país não deverá alcançar a meta de 4,5% de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e que essa situação deverá ser acompanhada de uma inflação maior do que a prevista.

## Lauro lembra que em 1991 FHC já falava em escassez de energia

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) disse ontem que o presidente Fernando Henrique, ao afirmar que a crise energética o pegou de surpresa, esqueceu que, em 1991, ele próprio alertava para a escassez de energia. Lauro observou que, no programa de governo de 1994, Fernando Henrique também realçava a importância de investimentos no setor energético. “O apagão já o encontrou apagado”, disse o senador.

Com críticas à política econômica e dirigindo-se a Fernando Henrique sempre com a palavra “majestade”, o senador disse que, em um governo “despótico e autoritário” os defeitos da personalidade do presidente costumam contaminar a sociedade e o país se apequena, reduzindo a cidadania. Um exemplo disso seria, segundo ele, o fato de o Legislativo estar praticamente paralisado, sem votações importantes para a sociedade. “Estamos em recesso permanente”, completou.

Lauro ressaltou que os parlamentares só podem alterar 30% do orçamento da União, dado que os 70% restantes estão reservados ao pagamento dos serviços da dívida. Ele explicou que os recursos destinados à saúde, edu-



Para Lauro Campos, o Legislativo está praticamente paralisado, sem votações importantes

cação e estradas, por exemplo, estão contidos nos 30%, e que os parlamentares podem tirar da saúde para colocar na educação ou vice-versa, mas jamais apresentar um projeto que reduza o pagamento da dívida.

— É o país dos 30%, porque os 70% já não pertencem mais ao Brasil — afirmou.

O senador enfatizou também que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, disse, em tom de ameaça, que o país que não puder pagar a dívida em dólar deverá pagá-la em terras, “no nosso caso, com a Amazônia”.

## CI discute realização de audiências sobre uso da água

O manejo dos recursos hídricos do país deverá ser tema de duas audiências públicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Hoje, a partir das 10h, a CI aprecia requerimentos dos senadores capixabas Paulo Hartung (PPS) e Ricardo Santos (PSDB), que propõem o debate da política de gerenciamento da água, respectivamente, frente à crise de energia elétrica e à recorrente estiagem que se abate sobre a Região Nordeste.

Projetos sobre o assunto também serão discutidos pela CI. Em caráter terminativo, a comissão vota projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA), relatado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis. A intenção de Lobão é incentivar o uso de fontes energéticas alternativas e renováveis, como a solar e a eólica, a partir da aplicação de recursos a fundo perdido, orçamentários e captados em agências de financiamento nacionais e estrangeiras.

## Patrocínio registra centenário de Bernardo Sayão

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) homenageou ontem o agrônomo e desbravador Bernardo Sayão, em seu centenário de nascimento. Patrocínio lembrou que o agrônomo, um dos fundadores de Brasília e responsável pela construção da rodovia Belém-Brasília, é atualmente lembrado com uma avenida em cada cidade do Tocantins, e há naquele estado, inclusive, a cidade de Bernardo Sayão.

A trajetória do carioca Bernardo Sayão foi enaltecida por Patrocínio, que mencionou reportagem publicada no domingo pelo jornal *Correio Braziliense*. Ele destacou a atuação de Sayão à frente da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, onde procurou atrair pequenos agricultores para ocupar o sertão goiano. O “bandeirante moderno”, como é chamado, abriu estradas na Região Centro-Oeste e foi posteriormente designado pelo presidente Juscelino Kubitschek para implementar as obras de Brasília.

Em 1958, Sayão passou a dedicar-se à construção da rodovia ligando Belém e Brasília. A queda de uma árvore sobre sua barraca o vitimou antes que pudesse ver a conclusão da estrada e mesmo de Brasília.

## Jader pede a Tuma urgência na apuração de denúncias

O presidente do Senado, Jader Barbalho, atribuiu a "campanha orquestrada" o noticiário envolvendo seu nome em denúncias e determinou que sua assessoria distribuisse notas de esclarecimento referentes a notícias publicadas nas edições de ontem por três jornais de circulação nacional. Jader também enviou ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), ofício solicitando urgência na apuração de episódio noticiado pela revista *IstoÉ*.

No ofício a Tuma, Jader assinou que reiterava solicitação anterior porque "os fatos continuam sendo divulgados de forma leviana, distorcendo o claro desmentido contido nos depoimentos (de *Serafim Rodrigues de Moraes e Vera Arantes Campos*) que V. Exa. acompanhou na semana passada, buscando, mais uma vez, atingir a imagem do presidente do Senado Federal".

Jader sugeriu ao corregedor, como meio de agilizar a investigação, o "rastreamento dos documentos bancários e de beneficiários da operação referida" (o recebimento de cheque mencionado pela revista).

Entre as matérias sobre as quais a assessoria do senador prestou esclarecimentos, encontra-se uma, publicada pelo *O Globo*, sob o título "Jader Barbalho é réu em processo que julga emissão irregular de TDAs". A assessoria de Jader explicou que o assunto foi



Jader: fotos são divulgadas de forma leviana

arquivado pelo Supremo Tribunal Federal em 1998; que o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas do mesmo exercício; e que a Advocacia Geral da União e o Inbra consideraram legal e correto o ato de Jader — na época, ministro da Reforma Agrária.

Sobre matéria que aparece no *Jornal do Brasil* — "Auditor do BC acusa Jader de desvio" —, a assessoria do presidente do Senado transcreveu trechos de parecer final do Banco Central, de 1992, o qual concluiu que, apesar do rigor da investigação, nada foi encontrado que permitisse indiciar Jader, e que, por isso, seria "inócuo insistir na busca de provas complementares".

Já com relação à notícia do *O Estado de S. Paulo*, "Recesso pode esfriar denúncias contra Jader", a assessoria lembra que foi o próprio senador quem, em 8 de junho, solicitou ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a abertura de inquérito para apurar as denúncias da *IstoÉ*; além disso, oficiou a Tuma duas vezes, a primeira em 12 do mesmo mês, pedindo que acompanhasse o assunto; e que as testemunhas mencionadas pela revista desmentiram tudo ao corregedor.

As notas da assessoria de Jader fazem referência a vários documentos, cuja íntegra se encontra no portal da Internet [www.jaderbarbalho.com.br](http://www.jaderbarbalho.com.br).

## Fundo para a Amazônia Ocidental vai a votação

Proposta do senador Jefferson Péres visa promover desenvolvimento econômico com proteção ao meio ambiente

Encerrada ontem a fase de discussão, o Senado vota hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico da região, compatibilizando-o com a proteção ao meio ambiente.

O texto será votado nos termos de substitutivo do senador Bernar-



Jefferson Péres propôs fundo para vigorar até 2013

do Cabral (PFL-AM) e contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos desse fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios desses estados, exceto nas capitais.

O Senado inicia a discussão de proposta de emenda à Constituição de Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite a nomeação de integrantes de tribunais de contas mediante concurso público. O senador disse que o concurso traduz os princípios da im-

personalidade e moralidade da administração pública.

Na mesma sessão, o Senado deve votar projeto da Câmara que pune os crimes de falso testemunho ou falsa perícia praticados por contadores contra o erário. Relator da matéria, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) a emendou, ampliando a pena para quem realiza falso testemunho ou falsa perícia e igualando-a à punição daquele que paga e oferece qualquer vantagem por esses serviços.

Será iniciada também a discussão de proposta de emenda à Constituição que faculta aos dentistas a acumulação de dois cargos na administração pública.

## Requião quer candidato do PMDB à Presidência

A escolha de um candidato próprio do PMDB para a disputa das eleições presidenciais de 2002 é um passo decisivo para a sobrevivência do partido, avaliou ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele diz que o candidato peemedebista coordenará o plano de governo do partido.

— O PMDB precisa estabelecer de uma vez por todas o seu rumo diante da proximidade das eleições presidenciais. Não é possível permanecer em cima do muro, sem discutir propostas alternativas ao neoliberalismo e aceitando imposições do governo em troca de meia dúzia de posições de mando — afirmou o senador. Requião informou que os dire-

tórios do PMDB do Paraná, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sustentarão hoje, em reunião com a direção nacional, o lançamento de chapa encabeçada pelo ex-deputado Paes de Andrade, alternativa à atual direção do partido. O senador entende que o PMDB precisa se desatrelar do governo federal e apresentar soluções para os problemas nacionais.

### ENERGIA

A crise energética é um tema que, segundo Requião, não tem sido discutido pelo PMDB. O se-



Requião: "Não é possível permanecer em cima do muro"

nador culpou o modelo de privatização adotado pelo governo como responsável pela escassez de energia. Ele afirmou que imposições do Fundo Monetário Internacional para que o investimento em infra-estrutura seja considerado despesa engessaram a geração de energia.

Requião atacou a proposta de venda de geradoras de energia e pediu a aprovação urgente do projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que impede a alienação das companhias geradoras estatais.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul  
6h30 — *Cidadania* — A sen. Maria do Carmo e a professora Lia Zanotta falam da violência contra a mulher  
7h30 — *Entrevista* — O sertanista Sidney Possuelo fala sobre a Expedição Ajuricaba  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Prevenção do câncer de mama  
9h — *As Cores do Brasil* — Sergipe  
9h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a preservação dos recursos hídricos  
10h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Segunda audiência pública sobre a Lei das S.A.  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Votação de empréstimo depende da CAE

Na presidência dos trabalhos da sessão plenária, o senador Edison Lobão (PFL-MA) avisou ontem que só com parecer emitido pela Comissão de Assuntos Econômicos a Casa votará pedido de autorização do governo para contrair empréstimo de US\$ 404,04 milhões com o Banco Mundial (Bird).

Lobão determinou que a matéria fosse retirada da pauta da ordem do dia. O governo diz que esses recursos passarão a compor as reservas externas do Brasil.

## Senado aprova renovação de emissoras

O Senado aprovou a renovação das concessões da Rádio 8 de Setembro, onda tropical, de Descalvado (SP), e da Fundação João XXIII, OM, de Governador Valadares (MG). Também foi aprovada permissão à Universidade Santa Cecília para executar, em Santos (SP), serviço de radiodifusão sonora em FM. Ainda ontem, foi autorizado funcionamento de rádios comunitárias da Associação Comunitária de Radiodifusão Salinas, em Salinas (MG), e da Associação Cultural José Ribeiro da Cunha, em Montividiu (GO).

## Projeto de Maria do Carmo assegura recursos do PNAE

Municípios com pendência na prestação de contas dos recursos recebidos por ex-prefeitos terão assegurados os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo prefeito. É o que estabelece projeto de Maria do Carmo (PFL-SE) que será analisado, junto com outros 22 itens, pela Comissão de Educação, hoje, às 11h30.



Maria do Carmo



Mozarildo Cavalcanti lembrou processo que tramita há seis anos no TSE

## Mozarildo cobra agilidade da Justiça Eleitoral

Ao cumprimentar os ministros Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence por terem assumido respectivamente a presidência e a vice-presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) renovou apelo no sentido de que aquela corte eleitoral decida sobre os processos que estão pendentes de julgamento há vários anos. Ele fez referência a um processo protocolado em maio de 1995 pela Procuradoria Regional Eleitoral de Roraima e que está tramitando até hoje sem ter uma definição.

— O Tribunal Regional Eleitoral condenou, mas houve recurso ao Tribunal Superior Eleitoral. Há mais de seis anos o processo vem se arrastando com medidas protelatórias: ora mudando de relator, ora com vista ao advogado da parte. Isto significa que o parlamentar condenado pelo TRE por abuso de poder econômico ainda está no exercício do seu mandato e no próximo ano terá direito a disputar nova eleição sem que o processo tenha sido julgado — disse Mozarildo Cavalcanti. Segundo o senador, que não mencionou o nome do envolvido, o processo citado contém várias irregularidades, entre elas o fato de o advogado de defesa estar legalmente impedido de atuar. Mozarildo Cavalcanti pediu para integrar o seu pronunciamento dados sobre a tramitação do processo.

# Valadares defende maior combate à corrupção no país

Senador observa que, se há corruptos no governo, há corruptores na sociedade, sendo imperativo investigar e punir esses agentes

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que algo está mudando na cultura política do Brasil, com a população se mobilizando contra a idéia de que é impossível extinguir os focos de corrupção. Para ele, a indignação popular representa o primeiro passo para moralizar governo e sociedade, e isso já está acontecendo no país, em função da divulgação, cada dia mais intensa, dos escândalos pelos meios de comunicação.

Valadares destacou sugestões feitas por especialistas no combate à corrupção que ele considera mais adequadas ao Brasil, como o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, regras rígidas sobre licitação pública, reforma das leis processuais, profissionalização dos servidores públicos e fim da in-

gerência política nos tribunais de contas.

Segundo o senador, é preciso não esquecer que, se há corruptos no governo, há corruptores na sociedade, sendo imperativo investigar e punir esses agentes da corrupção pública.

— Esse ponto é tão importante quanto a adoção de medidas de moralização dos agentes do governo. Sem atacar as duas pontas da linha, nunca mataremos a hidra da rede de corrupção — observou o parlamentar.

Ele citou tese do presidente da organização não-governamental



Indignação popular é primeiro passo para moralização, afirma Valadares

Transparência Internacional, ativista alemão Peter Eigen, segundo o qual prestam grande desserviço à democracia as pessoas ou partidos que propagam a noção de que o roubo, sendo parte da natureza humana, é impossível de erradicar. O cidadão, além de se conformar com a roubalheira

no governo, passa a achar que também pode roubar, tornando a convivência civilizada cada vez mais difícil, explica Eigen.

— Espero que esse não seja o rumo que as coisas estão tomando no Brasil — disse Valadares.

## Comissão ouve hoje Eduardo Jorge

Em reunião marcada para as 10h de hoje, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve tomar o depoimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. O ex-assessor do Planalto vem sendo investigado sobre sua suposta participação na liberação de recursos para a obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. As suspeitas sobre Eduardo Jorge surgiram já na CPI do Judiciário, em 1999.

O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou à imprensa ter recebido telefonema de Eduardo Jorge confirmando a presença. “Ele disse que os senadores podem perguntar o que quiserem durante a reunião. Ele não agüenta mais essa novela e quer pôr um ponto final nisso”, afirmou Suassuna.

Até o final da tarde de ontem, os procuradores da República Guilherme Schelb e Luiz Francisco de Souza, convidados para a mesma reunião

da comissão, não haviam confirmado presença. Os dois foram convidados por causa das suas investigações sobre as denúncias envolvendo o ex-secretário-geral da Presidência.

Em outra reunião, a ser marcada para os próximos dias, a pedido de Suassuna, a CFC deve tomar depoimento de Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, para dar explicações sobre o envolvimento da BrasilPrevi nas operações de privatização das telecomunicações.

## Lobão apela em favor do Banco do Nordeste

O senador Edison Lobão (PFL-MA), lembrando o que ocorreu recentemente com as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), dirigiu ontem, em Plenário, um apelo ao governo federal para que “não pense em extinguir o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)”. Ele afirmou que a instituição de crédito, além de já estar



Importância do BNB para o Nordeste foi destacada por Edison Lobão

incorporada às tradições nordestinas, presta uma inestimável contribuição à região, sendo a principal responsável pelos financiamentos para o desenvolvimento do Nordeste.

Para ilustrar a importância das atividades do BNB, o senador informou que, no ano passado, o banco teve uma participação média de 79,3% no financiamento regional, regis-

trando um saldo de aplicações da ordem de R\$ 14,4 bilhões. Nos últimos cinco anos, continuou, a participação média da instituição em seu estado, o Maranhão, passou de 18,35% para 47,7% já em 1996, tendo chegado a 77,9% em 1998.

— É com justas razões, portanto, que registro nos nossos Anais meus aplausos à atuação e à eficiência que vêm sendo desenvolvidas pelo Banco do Nordeste. Ao superintendente Edilson Bartolomeu faço votos para que dê continuidade à programação do banco para com meu estado, o Maranhão — concluiu.

## Jonas Pinheiro lamenta morte de ex-prefeito

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou o falecimento do ex-deputado federal e ex-prefeito de Barra do Garças (MT) Ladislau Cristino Cortes. Vítima de derrame cerebral, aos 75 anos, o político morreu na manhã do último domingo.

Filho do fundador de Barra do Garças, Antonio Cristino Cortes, Ladislau foi deputado federal por duas legislaturas, tendo exercido o cargo de prefeito do município por três mandatos, ressaltou o senador.

Jonas disse que homenageava um grande político mato-grossense que, ao longo de sua vida, honrou o povo que o elegeu, deixando um legado de realizações em favor da região do Vale do Araguaia e de Mato Grosso. Ele pediu à Mesa a inserção em ata de voto de pesar e que o comunicasse à família enlutada, assim como à prefeitura de Barra do Garças, à Câmara Municipal e à Assembléia Legislativa.

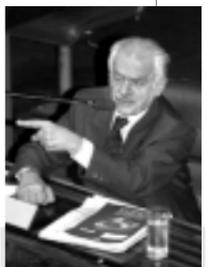
## Encontro nacional reúne estudantes em Brasília

O Auditório Petrônio Portella, do Senado, sediará no dia 21 o Encontro Nacional Preparatório ao 15º Festival Mundial da Juventude dos Estudantes, que se realizará de 8 a 16 de agosto na Argélia. O festival será um fórum para o intercâmbio de jovens de todo o mundo que apresentaram idéias sobre desarmamento, erradicação do racismo, educação, combate à pobreza, direitos humanos, entre outros temas.

## Simon recebe título de Cidadão Honorário do DF

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebe amanhã o título de Cidadão Honorário de Brasília, na Câmara Legislativa do DF.

A homenagem foi proposta pelo deputado distrital Renato Rainha, presidente regional do PL, e teve aprovação unânime dos parlamentares. Está sendo aguardada a presença de várias autoridades e lideranças de diversos partidos.



Homenagem a Simon foi aprovada por unanimidade